

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

AUTORA: Suyanne Ramayca Leite Cristino. MBA em Empreendedorismo e Inovação pelo Instituto de Pós Graduação e Graduação (IPOG), Agente Local de Inovação, sramayca@gmail.com

ORIENTADOR:

Doutor em Administração pela Universidade de Brasília (UnB), analista da Embrapa e docente no mestrado da UnB, e-mail: prof.cndias@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa procurou apresentar a importância da adoção de práticas inovadoras no ambiente das micro e pequenas empresas, de forma a torná-las mais competitivas no mercado de atuação. Por meio da inovação, as micro e pequenas empresas buscam destacar-se das demais que não se preocupam em acompanhar as mudanças impostas pela globalização. Com base em um referencial teórico e pesquisa de campo, buscou-se demonstrar os conceitos de inovação, bem como suas vertentes, procurou conceituações de competitividade, assim como os fatores que a determinam, e por fim, apresentou o cenário das micro e pequenas empresas (MPEs) do Distrito Federal, mostrando a sua relevância para o desenvolvimento. O trabalho foi elaborado por meio de estudo bibliográfico e pesquisa de campo.

Palavras-chave: Inovação. Competitividade. Micro e Pequenas Empresas.

INTRODUÇÃO

Atualmente, muitas pessoas estão encorajando-se para abrir seu próprio negócio. Isso é devido não somente ao espírito empreendedor, característica marcante da geração Y, mas também por recursos que outrora não existiam da mesma forma, como políticas de incentivos, leis e suas reformulações, novas normatizações, por oportunidades ou necessidades.

O mercado encontra-se aquecido desses apostadores de sonhos que vislumbram oportunidades a serem exploradas, bem como cheio de ávidos consumidores, que exigem cada vez mais produtos novos, diferentes e inovadores. A equação positiva entre a oferta e a demanda resulta em aquecimento e desenvolvimento da economia do país. No entanto, só ter a vontade de criar algo novo, de atender a um nicho de mercado, de enxergar uma oportunidade, não basta, não é suficiente. Precisa-se constantemente de capacitação, busca incessante em melhoria, de observação do mercado e das tendências, de investimentos e principalmente de criar o novo.

Com ínfimos recursos, sendo um deles o financeiro e os recursos humanos, os pequenos empreendimentos precisam buscar formas de manterem seu negócio vivo. E uma das variáveis para a sobrevivência dessas micro e pequenas empresas (MPEs) é manter-se competitivo em seu mercado atuante. Porém, como é possível manter a competitividade diante de tanta dinâmica no mundo dos negócios? Uma das primeiras palavras que nos vem à mente para responder a questão acima é inovação. Termo esse muito explorado no século XXI, e já consolidado como um dos fatores primordiais para

a geração efetiva da competitividade a uma organização seja ela pequena, média ou de grande porte.

O presente objeto tem como foco realizar um estudo sobre como as micro e pequenas empresas utilizam-se dos diversos tipos de inovação, como estudam os fatores da competitividade, a fim de gerar vantagem competitiva, garantindo longevidade estrutural e destaque no mercado em que atua.

Segundo Ferraz, Kupfer e Haguenuer (1996) uma empresa se mostra competitiva quando apresenta a capacidade de elaborar e implantar estratégias concorrenciais, que lhe permitam alastrar ou sustentar, de forma perene, uma posição sustentável.

Justifica-se o interesse pelo tema a partir do intuito em aprofundar os estudos sobre os impactos gerados pela inovação dentro dos ambientes das micros e pequenas empresas; bem como em entender de que forma essa adoção gera um diferencial competitivo diante do mercado em que as empresas de grande porte possuem maior força. O interesse pelo tema complementa-se em esmiuçar, por meio de estudos, quais são os principais fatores na implementação de práticas inovadoras e, uma vez consolidadas, verificar quais as oportunidades geradas de forma a proporcionar competitividade para essas organizações.

Para CARON (2003), criar estratégias baseando-se em inovação, seja na agregação de novos processos ou em novos padrões tecnológicos, constitui para as pequenas empresas em um percurso alternativo para a competitividade constante, visto a dinamicidade das demandas de mercado. Sendo assim, o autor diz que inovação pode ser compreendida como a convenção de necessidades empresariais e de demandas do mercado por meio da ciência e tecnologia para resolvê-las.

Está cada vez mais difícil para os empresários e gestores de micro e pequenas empresas acompanharem as rápidas e constantes mudanças que o mercado impõe, sejam elas: reformulação dos processos administrativos, surgimento de novos recursos tecnológicos ou até mesmo mudanças vindas por medidas governamentais. Dessa forma, torna-se obrigatório estar envolvido a essas mudanças. Contudo, as empresas, em sua maioria, usam as concorrentes como referência para suas iniciativas de transformação. No entanto, para o ambiente das MPE's implica dizer que a cópia das concorrentes pode acarretar em estratégias competitivas muito parecidas dentro de um mercado. Para que isso não ocorra é preciso criar situações em que a empresa se destaque e por conseqüência, se diferencie das demais cumprindo então, seu papel de competitiva e geradora de valor e riqueza. Portanto, faz-se necessária a seguinte pergunta-problema: A inovação constitui de fato para a competitividade das micros e pequenas empresas?

Esta pesquisa tem como objetivo geral validar as formas com que as micros e pequenas empresas podem, por meio dos processos inovadores, ser mais competitivas, permanecendo por maior tempo em seu mercado de atuação.

Ouvem-se muitas declarações de especialistas das mais diversas áreas da administração, de que é preciso voltar o olhar para os métodos praticados dentro dos Recursos Humanos, no Financeiro, na Logística, no Planejamento e até mesmo no operacional e etc.

Quando se pergunta como as empresas devem cuidar da sua estrutura, preocupando-se ao máximo com a adequação às tendências, em suma maioria o que se ouve como resposta, no geral, é de que é preciso ter espírito criador. Ou seja, olhar para os atributos dos processos e melhorá-los. A melhoria em síntese com o sucesso é correspondida e entendida como inovação. Criar o novo, remodelar o atual e continuar pensando nas melhorias são ações que precedem o sucesso de uma empresa.

O artigo se estrutura, além desta introdução, em outros cinco tópicos. No primeiro há uma revisão da literatura; e logo após são evidenciados os aspectos metodológicos empregados para o seu desenvolvimento. Em seguida são apresentados os resultados e análise, numa visão panorâmica da produção acadêmica com suas abordagens e, nas considerações finais, promove-se uma breve discussão dos resultados com base nas referências conceituais utilizadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1: INOVAÇÃO: Antecedentes da inovação segundo os clássicos.

A palavra inovação está presente em todos os tipos de mídias de comunicação que se pode pensar nos dias de hoje, quais sejam: revistas científicas, periódicos, livros didáticos e não didáticos, reportagens, teses de diversos níveis de formação acadêmica, entre outros. Esse termo está presente na maioria das vezes em que se quer falar de práticas necessárias para que uma empresa se mantenha no mercado, para que obtenha ganho de resultados e notoriedade. Atualmente não há a possibilidade de desvincular esse termo no mundo dos negócios atualmente.

Contudo, a presença desse vocábulo não é tão recente como se possa imaginar, uma vez que é possível encontrar referências, mesmo que implícitas, em muitas obras literárias de diversos estudiosos renomados no campo da economia.

Ao longo da história da reflexão das ciências econômicas, diversos teóricos estudaram com aplicação e empenho o comportamento dos agentes econômicos para tentar explicar o fenômeno do desenvolvimento. Há, portanto, uma diversidade de pensamentos em que se pode notar a presença do que conhecemos como inovação nas teorias econômicas, mesmo não sendo ela o foco principal em alguns autores. O termo é tão amplo que apresenta uma pluralidade de conceitos.

Nesse sentido, faz-se necessário o estudo das obras de alguns autores, a fim de identificar suas contribuições quanto às formações conceituais do objeto em questão. Tem se tornado eixo, o centro das atenções no mundo nos negócios. Seja em periódicos, em revistas, em livros etc. O termo se generalizou e recebeu diversos conceitos e observações de cientistas e estudiosos do mundo capitalista contemporâneo. Histórica e antigamente, a agricultura era o elemento central do desenvolvimento econômico, e considerada fator gerador de riqueza pelos senhores dotados de poder. No entanto, esse cenário foi alterado com o acontecimento da primeira Revolução Industrial, acontecida no século XVIII. Tal fato histórico acarretou muitas mudanças em meio à sociedade, possibilitando assim o surgimento de grandes teorias que instituíram um marco para a economia enquanto ciência.

Pode-se notar a presença do termo aludido na primeira escola moderna do pensamento econômico, conhecida como Economia Clássica; onde se tem como principais expoentes os economistas: Adam Smith (1723/1790), David Ricardo (1772/1823), entre outros.

Smith publica sua grande obra intitulada Riqueza das Nações no ano de 1776, e Ricardo tem como sua obra principal: Princípios de Economia Política e Tributação, datada em 1817.

Smith (1796) analisa a divisão do trabalho como um poderoso fator evolucionário e como propulsor econômico. Para ele, o mercado ou o comerciante, cujo são movidos apenas pelo interesse egoísta, é tencionado por uma comunhão autônoma de interesses, também conhecida como Mão Invisível, a promover algo do qual nunca

fez parte do seu interesse, que é o bem-estar da sociedade. O literato defende a opinião que a iniciativa privada deveria agir livremente. Cabendo ao governo a simples tarefa da manutenção de um ambiente propício ao livre mercado, bem como a responsabilidade sobre setores relacionados aos bens públicos em que a iniciativa privada não tem interesse ou condições de atuar como, por exemplo, a defesa nacional.

Smith (1996) observa que o operário era responsável por quase todas ou praticamente todas as etapas existentes em um processo de produção de um bem. Com essa observação, o autor criou base para delinear sua teoria em que afirma que a divisão do trabalho ocasiona aumento da produtividade do trabalho em três maneiras:

A primeira está relacionada com a especialização. Se um funcionário executa somente uma tarefa, ele adquire maior especialização na realização desta, tornando-se mais rápido e eficiente. Dessa observação surge a segunda, cujo está relacionada à eliminação dos tempos mortos no processo produtivo, gerando uma maior produtividade à firma. , e a não divisão acarreta na perda da produção em termos quantitativos, pois se a execução de cada etapa do processo for fosse realizada por um operário diferente, haveria especialização na função desempenhada; reduzindo ou eliminando o que ele chamou de tempos mortos, ou seja, perda de tempo nas execuções das tarefas.

Com a divisão das tarefas e com a implantação de novos equipamentos, o operário não precisa deslocar-se ao longo da fábrica, pois é a fábrica que assume o papel de locomover-se. Esse movimento reduz a perda do tempo na produção e contribui, posteriormente, para a introdução da linha de montagem. Houve aos poucos, a substituição da força humana pela forma das máquinas. A inclusão de novas máquinas que apresentavam novas tecnologias tinha por finalidade aumentar a produção e reduzir os custos. Porém, o número de operários destinados para uma etapa já não se fazia mais necessário. Acarretando assim, no desemprego quando não havia a possibilidade de realocação para outro processo.

Enquanto Smith (1996) procura falar sobre a acumulação do capital, Ricardo (1996) procura explicar de que forma acontece como era a distribuição da riqueza entre os capitalistas trabalhadores, e trabalhadores, partindo assim de uma análise da produtividade agrícola. e capitalistas. Para Ricardo (1996), quando há a queda da produtividade², tem-se a noção de que o amanho de terras férteis, e que se encontravam mais afastadas do mercado consumidor, leva ao encarecimento da produção e redução dos lucros. Tal encarecimento decorre do fato de que o crescimento populacional demanda maior produção de alimentos, por conseguinte, aumenta o uso das terras fartas, acarretando aumento da renda da terra de primeira qualidade. Com isso, os custos de produção aumentam em detrimento dos lucros.

Pode-se observar a confirmação dessa constatação no trecho abaixo:

[...] Quando uma terra de terceira qualidade começa a ser cultivada, imediatamente aparece renda na segunda, regulando-se como no caso anterior, pela diferença entre as forças produtivas de uma e de outra. Ao mesmo tempo, aumenta a renda da terra de primeira qualidade, pois esta deve ser sempre superior á renda da segunda, de acordo com a diferença entre as produções obtidas numa e noutra com uma dada quantidade de capital e de trabalho. A cada avanço do crescimento da população, que obrigará o país a recorrer à terra de pior qualidade para aumentar a oferta de alimentos, aumentará a renda de todas as terras mais férteis. (RICARDO, 1996 p. 51).

Para Ricardo (1996), o freio desse decréscimo da taxa de lucro acontece com o avanço técnico observado na introdução de máquinas e equipamentos. A mecanização

da agricultura permite assim uma maior produtividade. Ou seja, não havendo a presença da inovação, nesse caso tecnológica, o estado de decréscimo dos lucros não poderia ser contido.

O autor argumenta que com os impactos dessa mecanização, a produtividade aumenta e os preços reduzem. Portanto, os trabalhadores seriam beneficiados, contrapondo assim a observação de Adam Smith.

Ricardo (1996) acredita que a classe de trabalhadores seria beneficiada pela introdução da maquinaria, na medida em que dispusesse dos meios de comprar mais mercadoria com o mesmo salário.

Não obstante, Ricardo (1996) percebe que os rendimentos da classe trabalhadora não são proporcionais aos rendimentos dos capitalistas, quando esses últimos investem em implantar tecnologia. Ou seja, não havia a distribuição da riqueza da forma como pensara. Para ele, a introdução das máquinas e equipamentos reduz os custos e os preços, porém, em contrapartida e assim como observado por Smith (1996), provoca desemprego e redução dos rendimentos dos trabalhadores.

Então, o argumento idealizado por Ricardo é que a redução dos preços não se torna suficiente para compensar as perdas salariais. Observa também que a realocação do trabalhador para outras atividades, após ter havido o desemprego provocado pela presença das máquinas, não ocorre na mesma velocidade em que ocorrem as demissões provindas do mesmo processo. Sendo assim, “convence-se de que a substituição de trabalho humano por maquinaria é muito prejudicial aos interesses do trabalhador.”(RICARDO, 1996, p.288).

O autor acrescenta sua observação em outro comentário: Meu erro consistia em supor que sempre que o rendimento bruto da sociedade aumentasse seu rendimento líquido também aumentaria. “Agora, tenho razões suficientes para pensar que os fundos de onde os proprietários de terra e os capitalistas obtêm o seu rendimento pode aumentar enquanto o outro – aquele de que depende principalmente a classe trabalhadora – pode diminuir.” (RICARDO, 1996, p 288).

No final do século XIX, Marx (1996) reconhece a centralidade da mudança tecnológica como sendo fundamental para o Capitalismo. O autor também explana que esse sistema caminha para a autodestruição, pois esse sistema é excludente, uma vez que se acumula gradativamente a riqueza em torno dos meios de produção em desvantagem dos trabalhadores.

O capitalismo não pode ser considerado como um sistema estacionário, pois está sempre sendo revolucionado pelas introduções de novos métodos de produção, de novas máquinas, de novas mercadorias. Com isso, a preocupação de Marx com a questão tecnológica estava ligada as implicações sociais, e não se restringindo somente ao dinamismo econômico. “A burguesia em si não poderia existir sem revolucionar constantemente os meios de produção.” MARX (1996 apud TIGRE, 2006, p.23).

Segundo análise de Marx (1996), o desenvolvimento econômico e da tecnologia pode ser esclarecida por meio da composição orgânica do Capital, da Mais-Valia, e da Tendência à queda da taxa de Lucro, onde as três linhas apontam para a evolução tecnológica como agente que impulsiona o capitalismo.

De acordo com o autor supracitado, a composição orgânica do capital tem duas direções: uma é a que se refere às máquinas e equipamentos, denominados de Capital constante; e a outra é referente à força de trabalho, denominada de Capital variável. No entanto, Marx observa que o avanço técnico interfere nessa composição orgânica do capital. Pois, uma vez que ocorre a implantação de maquinário, a parte do capital constante aumenta em relação ao capital variável.

A Mais Valia na visão do autor é representada pela apropriação dos lucros excedentes que ocorrem sobre o capital variável. Ou seja, ocorre quando o capitalista apropria-se de um meio produtivo ao qual, aparentemente, não lhe pertence. Ao considerar que a força de trabalho não é uma constante como nas máquinas, passa a ser de fácil percepção que o trabalhador despende de mão de obra além do que dispõem para fabricar os bens dentro de um valor compatível com o pagamento do seu salário, não recebendo nada mais pelo trabalho excedente.

Com a introdução de máquinas como substituição do trabalho humano, aumentaria temporariamente os lucros dos capitalistas. Isto é, substituindo a mão de obra pelo maquinário, o empresário reduz os custos de produção e aumenta sua produtividade. Todavia, a substituição promoveria o crescimento do número de pessoas desempregadas, diminuindo assim a participação no mercado consumidor, gerando prejuízos para esses capitalistas. Por meio dessas observações, Marx (1996) explica a tendência à queda das taxas de lucro. Portanto, sendo menor o número de compradores, menor é a capitalização com as vendas de suas mercadorias.

Ainda em sua teoria, Marx (1996) considera a evolução tecnológica como o centro da acumulação do capital, sendo ela um elemento endógeno, ou seja, interno para a empresa. Em contrapartida, indica os capitalistas como sendo os próprios agentes na busca por lucros incessantes. Dessa forma, procuram investir em evolução de maquinário, para assim obterem um monopólio temporário, proveniente de técnica superior ou diferenciação.

A teoria do Valor-trabalho referenciada na escola clássica é recusada pelos neoclássicos, que afirmam que o valor de um produto é uma grandeza subjetiva; pois está relacionada com a utilidade que ele tem para cada indivíduo. Ou seja, a utilidade de um bem está relacionada com o desejo do sujeito em obtê-lo, bem como ao preço que este se dispõe a pagar pelo produto. Assim, quanto maior for a utilidade de um bem, maior será o desejo de consumi-lo e maior também será o preço aceito pelo consumidor. Assim, o preço das mercadorias passa a ser definido entre a oferta e a procura.

2.2 – A INOVAÇÃO COMO FATOR DE COMPETITIVIDADE PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.

O crescimento econômico nos países emergentes depende da criação de empresas que possam gerar oportunidades de empregos, que possam aquecer a economia gerando renda e estimulando o consumo no mercado, fazendo com que estes países produzam mais e melhor, acarretando assim numa posição estratégica e competitiva mundialmente.

No cenário brasileiro, MPEs são essenciais para a promoção do crescimento econômico, pois criam renda e condicionam ao melhoramento da vida da população. Para Gracioso (1995) em todas as partes do mundo desenvolvido ocorre a compreensão de que a atuação de empresas de pequeno porte, constituem à base da economia de mercado.

O seguimento das micro e pequenas empresas são, portanto, considerado como uma das bases de sustentação da economia nacional seja em função de seu número, de sua abrangência e de sua presença competitiva. Contribuem tanto na capilaridade quanto na geração da disponibilidade de mão de obra.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), as MPEs representam atualmente cerca de 20% do PIB brasileiro, gerando em termos de receita a quantia de 700 milhões de reais. Elas são responsáveis por gerar 94 milhões de empregos, o equivalente a aproximadamente 61% do total de oportunidades geradas

no Brasil. Ainda de acordo com o instituto, a região sudeste é a que marca maior presença da operação dos negócios chegando a ter quase três milhões das MPEs. O setor de preferencial atuação é o comércio, seguido pelo de serviços, depois da indústria e por fim o da construção civil.

Desde o ano de 1984 até 1999, várias leis entraram em vigor, com o objetivo de amparar, regulamentar e fomentar o surgimento das micro e pequenas empresas. Um exemplo disso é a Lei 7.256, que cria um estatuto da microempresa. Esta lei institui o tratamento diferenciado, simplificado e favorecedor para as microempresas no domínio fiscal, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do trabalho, do crédito e do desenvolvimento da empresa. Nessa lei, o artigo 2 define a microempresa como sendo uma instituição cuja receita bruta anual atinge no máximo 10.000 Obrigações do

2.2 Tesouro Nacional (OTN).

Segundo Constituição da República Federativa do Brasil, explana o seguinte texto: “Explicita que a ordem econômica, fundada sobre a valorização do trabalho humano e sobre a iniciativa, tem como finalidade assegurar a existência digna, observando, entre outras coisas, o tratamento favorecedor a empresas de capital brasileiro e de pequeno porte (1988, inciso IX).”

A definição da Lei 7.256 é revogada em 1996, pela Lei do SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e de Contribuições das Micro e Pequenas Empresas), que estipula o tratamento fiscal diferenciado e privilegiado para micro e pequenas empresas.

O SIMPLES trata da baixa da carga de tributos de forma considerável, além de simplificar seus procedimentos de declaração e recolhimentos. Cria adicionalmente a possibilidade dos estados e municípios poderem participar de forma contributiva na concessão de benefícios a estas empresas. Ou seja, o imposto sobre a circulação de mercadorias (ICMS) e o imposto sobre serviços (ISS) podem ser diminuídos de forma diferenciada nos vários estados e municípios do território brasileiro. Esse adicional permite o aumento das diferenças entre as definições de micro e pequena empresa para fins fiscais no país.

Em outubro de 1999, a Lei 9.841 cria um novo estatuto das Micro e Pequenas Empresas, adicionando na legislação uma definição mais ampla para as unidades econômicas. Amplia o número de empresas que podem ser classificadas como micro e pequena, e revoga expressamente as leis 7.256 de 1984 e 8.864 de 1994, porém não revoga a Lei do SIMPLES.

Em dezembro de 2006, por meio da Lei Complementar 123, alguns dispositivos das Leis nºs. 8212 e 8213 são alterados. Define microempresa como uma instituição onde sua receita líquida anual seja inferior ou igual a trezentos e sessenta mil reais. Para empresa de pequeno porte, o faturamento deve estar entre o mínimo de trezentos e sessenta mil reais e o máximo três milhões e seiscentos mil reais.

A Lei Geral, assim como é denominada, é o novo Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte que estabelece novas normas gerais relacionadas ao tratamento diferenciado e favorecimento dispensado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), dentro do âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nos termos dos artigos 146, 170 e 179 da Constituição Federal.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (2007, p.5), a Lei Geral apresenta como principais benefícios previstos:

A desoneração tributária das receitas de exportação e substituição tributária; a dispensa do cumprimento de certas obrigações trabalhistas e previdenciárias; um regime unificado de apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive com simplificação das obrigações fiscais acessórias; simplificação do processo de abertura, alteração e encerramento das MPEs; facilitação do acesso ao crédito e ao mercado; preferência nas compras públicas; regulamentação da figura do pequeno empresário, criando condições para sua formalização e parcelamento de dívidas tributárias para adesão ao Simples Nacional, além de incentivo ao associativismo na formação de consórcios para fomentação de negócios e estímulo à inovação tecnológica.

As micros e pequenas empresas têm sido alvo de crescente observação e reconhecimento em todo o mundo, tendo em vista sua importância para o processo de desenvolvimento econômico. Segundo enfatiza Lemos (1999), os micros e pequenas empresas são de grande relevância, pois têm a capacidade de gerar oportunidades de emprego e de renda, tem flexibilidade e rápida adaptação às mudanças tecnológicas, produzindo maior volume de inovações que as grandes empresas, entre outro.

No entanto, essas empresas apresentam certas dificuldades que estão relacionadas com sua natureza. Ou seja, falhas marcadas pela administração familiar, falta de habilidade gerencial, limitações de recursos financeiros e recursos humanos. Essas limitações acarretam nas taxas de mortalidade das empresas.

2.3 Mortalidade e sobrevivência das MPEs no Brasil.

No Brasil, a cada ano cerca de 600 mil novos empreendimentos formais são criados. Quase 99% do total de novas aberturas de empresas são de micro e pequenas empresas, conforme informa o SEBRAE. Dessas, pelo menos 80 mil fecham suas portas antes de completarem o primeiro par de anos. Essa quantidade ainda representa um percentual muito alto de mortalidade das micro e pequenas empresas, e diversos fatores contribuem para esse quadro. Muitas encerram suas operações por falhas na condução gerencial, por erros de planejamento, falta de clientes, saturação do mercado.

De acordo com o Portal BrasilGov, em 2010 foram 58% de EPPs que fecharam suas portas antes de completarem cinco anos. No ano anterior esse índice era de 62%. No entanto, a cada ano que passa menos empresas estão fechando as portas. Os percentuais da taxa de sobrevivência estão aumentando, de acordo com pesquisas que são realizadas pelo SEBRAE para o monitoramento dessas condições.

Na cartilha sobre Estudos de sobrevivência das empresas do Brasil (SEBRAE, 2011), consta um estudo que toma como referência empresas brasileiras constituídas em 2005 e 2006, e que apresentam taxa de sobrevivência de 71,9% e 73,1% respectivamente. Esse aumento, por conseguinte decresce a taxa de mortalidade de empresas que fecham em até dois anos de 28,1% para 26,9%.

Sob o aspecto dos setores, a evolução da sobrevivência se apresentou positivamente em todos os grandes setores: indústria, comércio, serviços e construção civil. A taxa de sobrevivência da indústria cresceu de 74,8% para 75,1%, a do comércio cresceu de 72,2% para 74,1%, a taxa de sobrevivência das empresas do setor de serviços subiu de 71,3% para 71,7% e a da construção civil, de 62,6% para 66,2%.

De acordo com o SEBRAE, explicam-se as razões para os resultados mostrados: Para empresas do setor industrial, uma possível justificativa pode ser a de que nesse setor as barreiras à entrada (como capital e tecnologia) são maiores. Já para a menor sobrevivência das empresas do setor de construção civil, pode estar relacionado com a

facilidade de ingresso nessas atividades, cujo apresentam atividades de essencial e intensiva em mão de obra, bem como requerem menor nível de qualificação de pessoal.

A sobrevida das micro e pequenas empresas devem-se, principalmente, ao avanço da legislação, ao aumento da escolaridade dos empreendedores, forte crescimento do mercado, além do aquecimento da economia brasileira, conforme dados apontados pela pesquisa do SEBRAE em outubro de 2011.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa objetiva o foco em realizar um estudo sobre como as micro e pequenas empresas utilizam-se dos diversos tipos de inovação, como estudam os fatores da competitividade, a fim de gerar vantagem competitiva, garantindo longevidade estrutural e destaque no mercado em que atuam.

Para o Portal Administradores.com “uma empresa competitiva é aquela que briga no mercado, tem a sua parcela de clientes satisfeitos, acredita no seu negócio e faz de tudo para mantê-lo em boa posição, passa confiança, credibilidade e tem boa aceitação dos seus produtos e serviços”. Entende-se que para ser competitiva as empresas precisam pensar e trabalhar para está uma passo a frente de seus concorrentes e sempre buscando se diferenciar.

Para isso foi feito uma interação com perguntas chaves para os 16 empresários de diferentes ramos, participantes do primeiro ciclo do programa ALI 2019/2020, localizados em Brazlândia, Ceilândia, Taguatinga e Samambaia onde não objetivamos respostas de 4 empresários. Também foi utilizada a vivencia da agente local de inovação para entender melhor os resultados alcançados.

4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

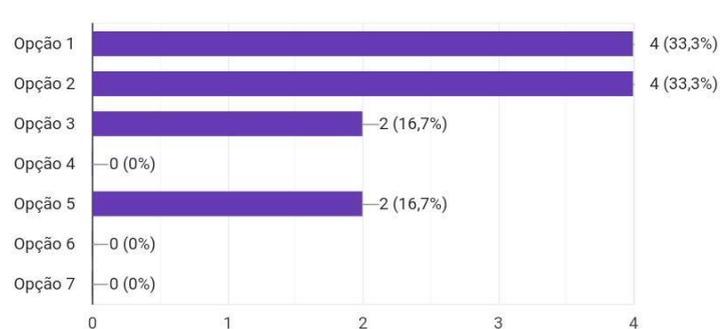
A pesquisa se deu com perguntas de discursivas e objetivas para que possamos entender melhor a realidade desses empresários. Segue a tabulação dos dados:

1- O que você entende quando se fala de inovação e tecnologia?

Para essa pergunta foi respondido que inovação e tecnologias são:

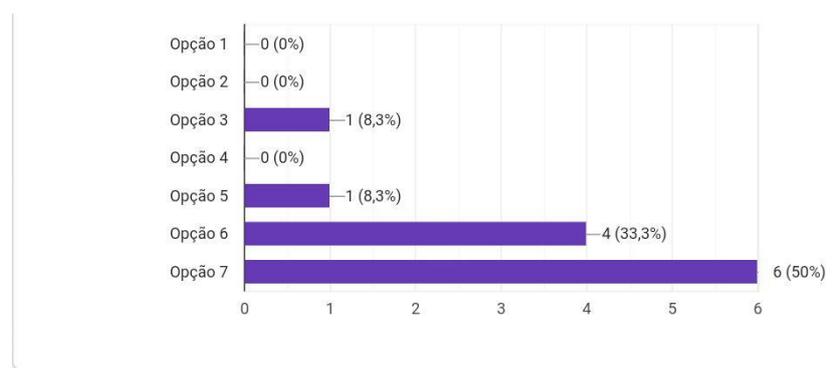
Sair da zona de conforto, possibilidade de negócios, apresentarem facilidades ao cliente, ser diferente dos demais, buscarmos novidades, novo jeito de o cliente ver a empresa, acredito que seja criar uma novidade e sair do que é seja taxado como comum, inovação acredito que são novas formas de mostrar o meu produto, tecnologia são as redes sociais, internet tudo que esta ligado a rede, ser diferente de todos, novas formas de se manter de portas abertas, diferenciar do concorrente.

2- Dentro da sua empresa, com que frequência o assunto inovação era discutido? Escolha uma opção entre 1 a 7, sendo 1 para nunca e 7 para sempre.



Podemos perceber com o gráfico que 66,6 % dos empresários admitem que inovação não era um termo discutido antes do programa, esse é um quadro que podemos ver com facilidade nas empresas atendidas pelo programa, muitos empresários estão tentando sobreviver a um mercado competitivo e acreditam que a briga é apenas preço e qualidade quando na verdade os clientes buscam muito mais que isso.

- 3- Como você vê a implementação de tecnologias e inovações em micro e pequenas empresas? Escolha uma opção entre 1 a 7, sendo 1 desfavorável e 7 para favorável.



Já após o programa, os empresários passam a perceber que precisa de muito mais do que brigar por preço para se destacar no mercado, percebem que a implementação de tecnologias e inovações são bastante favoráveis para um mercado tão competitivo.

- 4- Na sua percepção, quais os principais fatores (antecedentes) que favorecem a inovação em micro e pequenas empresas?

Oportunidade de mudanças, aumento de faturamento, aquisição de novos clientes, vontade de crescer, mudar, busca de novas soluções para o clientes, novos mercado, consolidar a marca, superação do empresário que almeja o crescimento da micro empresa mesmo em meio a um mercado saturado de grandes empresas, sair da zona de conforto, a perda de clientes por entregar o que todos entregam e o cliente buscar o mais em conta, sair do comum, querer melhorias e busca de faturamento.

Apesar de não falarem ou conhecerem bem sobre inovação, os empresários entendem que precisam mudar, já começam está atentos que precisam de mudanças e melhorias para se manter no mercado.

5- No âmbito do Projeto ALI, alguma ação destacou-se em termos de contribuição e/ou impacto para as empresas?

Nessa pergunta as respostas foram muito interessantes porque os empresários responderem que todas as ações impactaram em suas empresas que por estarem tão envolvidos com a correria do dia a dia deixam muitas coisas de lado, como interagir com o cliente entender o que eles necessitam são coisas simples que deveriam acontecer de forma rotineira e não acontece.

6- Você acredita que o projeto ALI favoreceu inovações em tua empresa? Em caso positivo, quais inovações ou, pelo menos, oportunidades de inovação decorrentes das ações implementadas e que serão introduzidas ou lançadas?

A maioria das empresas tiveram a oportunidade de implementação da inovação alguns estão estruturando melhor o projeto para que seja implementado, já aqueles que a implementação foi vender através de app, entrega por delivery e introdução de produtos estão rodando e muito felizes com a inovação.

7- Quais as tecnologias e/ou ferramentas que mais influenciam as inovações em sua empresa? Por quê?

Quando perguntamos sobre as ferramentas do programa, a resposta é unânime todos dizem que foi muito proveitoso ter o contato com as ferramentas, alguns até relataram que já tinham visto uma ou outra porém que a metodologia utilizada no projeto ALI trás resultados claros e eficaz, também disseram que no início tudo parecia ser impossível de se chegar na fase seguinte, alguns pensaram em desistir mais com o decorrer da construção perceberam que todo o processo é necessário para um resultado de excelência.

4.1 IMPACTO DAS PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS.

Podemos dizer com certeza que todas as ações desenvolvidas foram de grande valia e deixaram saldo positivo como as descobertas de novas oportunidades de melhorias, podem destacar as interações e o foco no cliente, onde os empresários passaram a entender melhor o seu mercado e chagaram a novos modelos de negócios, melhorias de seus processos já existentes e inserir novos produtos. Segundo relato de alguns participantes do programa, já se percebe um aumento em seus faturamentos que ainda precisam ser mensurados para chegar a uma porcentagem.

4.2 APRENDIZADOS DO ALI ENQUANTO PESQUISADOR

As atividades propostas pelo programa ALI foi fundamental para minha produção, o maior desafio nessa caminha foi mostrar aos empresários o quão importante é o processo de inovação para seus negócios e por mais que estejam a um tempo no mercado precisam se diferenciar de seus concorrentes. Percebi que as empresas estão acostumadas a buscar respostas prontas, porém o processo de inovação como é proposto pelo programa gera mais valor e entusiasmo ao resultado. Sobre minha evolução destaco uma bagagem enriquecedora ao processo de inovação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa pesquisa, averiguou-se que a inovação, em suas diversas faces, é fator extremamente condicionante e determinante para que as micro e pequenas empresas do Distrito Federal sejam mais competitivas, e que auxiliem ao país a ser mais competitivo diante de outras nações. A confirmação acompanha os conceitos destacados dos autores supracitados no decorrer desse objeto de estudo.

A Inovação seja ela de processos, de bens ou de produtos, ou de marketing e até mesmo a organizacional, é o ponto crucial e fundamental para que as MPEs sobrevivam, e mais do que isso: que possam alcançar maior liquidez e maior destaque nos rankings das concorrências. Ter boas e sensatas idéias, estudar, buscar, acreditar, planejar, persuadir, controlar entres outros verbos, são ações mais do que necessárias para quem hoje tem uma empresa ou pretende abrir uma. Inúmeras são as dificuldades, mas até diante delas, é preciso ter em mente de que sem focar em mudanças a fim de buscar melhoramentos, fica praticamente impossível manter a sobrevivência de uma organização.

Este estudo expõe como problemática apontar a inovação como fator para a competitividade para as micro e pequenas empresas do Distrito federal. Diante do exposto, pode-se reconhecer que a inovação é fator determinante para que as MPEs sejam mais competitivas.

O trabalho apresentou três suposições para responder ao problema levantado no tema escolhido da pesquisa, as quais foram: “Com o passar do tempo, a concorrência entre as empresas por um lugar de destaque está cada vez mais acirrada, em razão das exigências dos consumidores por produtos e serviços que sejam de qualidade e que tenham custo baixo.

Devido a esta demanda, cria-se uma busca incessante por inovações que sejam capazes de gerar novos produtos ou serviços. Por meio da busca voraz por produtos/serviços novos e úteis, as empresas precisam buscar ideias, conceitos e novos processos internos, para continuarem competitivas ou até mesmo se tornarem empresas de destaque em determinado seguimento.

Atualmente a palavra de ordem é empreender e inovar. Um termo está relacionado a outro. No entanto, as questões dos tipos de inovação em um empreendimento e a dos fatores condicionantes da competitividade estão sendo bastante discutidas. Tenta-se apontar quais são as características, tanto da inovação quanto da competitividade que conduzam gestores e colaboradores das micro e pequenas empresas, para que se destaquem no mercado.

“As micros e pequenas empresas não possuem o mesmo poder de barganha que as grandes corporações. Porém, não são somente as grandes empresas que podem inovar. As MPE's devem direcionar sua atenção em seus processos em busca de inovação de modo geral. A criação de um novo produto ou reformulação de um processo pode ser capaz de gerar competitividade frente às concorrentes. Contudo, a maneira como é realizada a gestão juntamente com a disseminação de informações e ideias é o que dá o diferencial à empresa.”

As hipóteses foram confirmadas positivamente, através dos conceitos, dos exemplos, citações, sobretudo com o acompanhamento das pequenas empresas.

A pesquisa também apresentou seus objetivos, nos quais se ramificam em Geral e Específicos. No Geral procurou-se validar as formas com que as micro e pequenas empresas podem, por meio dos processos inovadores, ser mais competitivas, permanecendo por maior tempo em seu mercado de atuação. Nos específicos verificou-se que existem variadas vertentes da inovação e que todas elas contribuem para a vantagem competitiva das micro e pequenas empresas.

Para as empresas, espera-se que seja contributiva pelo fato de esclarecer os conceitos e a importância do objeto de estudo e que sirva para contribuir para um estudo mais profundo e um olhar mais observador sobre o que vem a ser a inovação e de como uma empresa se torna competitiva no mercado.

Diante do que foi evidenciado, faz-se necessário manter as observações e discussões sobre as variadas formas de inovação. Faz-se necessário procurar entender de que forma a criatividade, estímulos e o talento podem contribuir para gestores mais corajosos, mais visionários e que tenham maior capacidade de mudança a curto e em longo prazo. Afinal, as empresas de hoje estão buscando saída para permanecerem vivas no mercado. Inovar é importante, mas saber como e para onde se quer chegar com ela é o fundamental.

Podemos perceber que o programa foi utilizado pelos empresários com muita satisfação, os mesmos mudaram seus conceitos sobre inovação e hoje buscam utilizar as ferramentas do programa de forma rotineira para se manterem competitivas no mercado.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao aprendizado que me foi proporcionado e aos dias enriquecedores vividos como ALI, estando em contato direto com profissionais dos mais variados perfis e formações. Ao SEBRAE e CNPQ deixo aqui meus agradecimentos pela oportunidade de desenvolvimento deste trabalho, aos empresários por terem contribuído com suas experiências e dedicação ao Programa ALI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, G. (1996) - O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo, São Paulo, Editora UNESP.

BNDES. Programa Brasil Empreendedor. [online]. Disponível na Internet via [www.url: http://www.bndes.gov.br/atuar/brasil.htm](http://www.bndes.gov.br/atuar/brasil.htm). Arquivo capturado em 6 de junho de 2000.

CÂNDIDO, G. A., DIAS, S. T. A., A organização das pequenas e médias empresas: O que revelam os estudos brasileiros. Relatório de Pesquisa CNPq/UFPB/PIBIC. João Pessoa; Ed. Universitária, 1998.

CARON, Antoninho. Inovações tecnológicas nas pequenas e médias empresas industriais em tempos de globalização - O Caso do Paraná. Curitiba, 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Santa Catarina.

CATELLI, Armando (Coordenador). Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON. 2a ed. São Paulo: Atlas, 2001.

COUTINHO, Luciano; FERRAZ, João Carlos. Estudo da competitividade da indústria brasileira. Campinas: Papiros e Editora da Unicamp, 2002.

PORTAL EXAME (11/07/2012), acessado em 15/10/2019 <http://exame.abril.com.br/pme/cases-de-sucesso/noticias/empresa-apontada-a-mais-inovadora-do-brasil-mostra-que-vespas-podem-substituir-agrotoxicos>

FERRAZ, J. C., KUPPER, D., HAGUENAUER, L. Made in Brasil: desafios competitivos para a indústria. Rio de Janeiro, Ed. Campus: 1996.

FURTADO, J. (1992) – Mundialização, reestruturação e competitividade: a emergência de um novo regime econômico e as barreiras às economias periféricas. Novos Estudos Cebrap, n. 53.

GRACIOSO, F. Grandes sucessos da pequena empresa. Edição SEBRAE, 1995.

HAGUENAUER, L.; Competitividade: Conceitos e Medidas, Rio de Janeiro, TDIEIRJ, n. 21, 1989.

KUPFER, D. Padrões de concorrência e competitividade. Texto para Discussão 265, IEI/UFRJ, Anais... XX - Encontro Nacional da ANPEC, Campos de Jordão, SP, 1992.

L.C. HARRIS & E. OGBONNA. (2001) – Competitive advantage in the UK food retailing sector: past, present and future. *Journal of Retailing and Consumer Services*, v8, pp. 157-173.

LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA – SEBRAE. Disponível em <http://www.leigeral.com.br/portal/main.jsp> em 15 de out de 2019

LEIFER, Richard; O'CONNOR, Gina Colarelli; RICE, Mark. A implementação de inovação radical em empresas maduras. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 42, n. 1, jun. 2002.

LEMONS, A.D.; NASCIMENTO, L. F.. A Produção Mais Limpa como Geradora De Inovação e Competitividade. *Revista de Administração de Empresas*, v.3, n. 1, p. 23 - 46, 1999.

MANUAL DE OSLO – Ministério Da Ciência, Tecnologia E Inovação. Disponível em http://www.mct.gov.br/upd_blob/0026/26032.pdf. Acesso em 20 de abril de 2013.

MARX, Karl. O capital, crítica da economia política. Livro I, série I e II, São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Controladoria Estratégica e Operacional: conceitos, estrutura, aplicação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005

PELAEZ, Victor; SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). Economia da inovação tecnológica. São Paulo: Hucitec, 2006.

PORTAL BRASIL GOV. Disponível em acessado em 24 de maio de 2013.

PORTER, M. E. Competição = oncompetition: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PORTER, Michael E. A vantagem competitiva das nações. Campus. Rio de Janeiro, 1993.

Portal Administradores.com.br Disponível em acessado em 12 de Dezembro de 2019.

REVISTA FAE BUSINESS: inovação tecnológica em pequenas e médias empresas. Santa Catarina: n. 8, maio/2004.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributária. Série Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico. Série Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1984.

SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. Vol. I e II - Série Os Economistas, São Paulo: Nova Cultural, 1996. Acesso em 30 de maio de 2013.

TIGRE, Paulo Bastos. Gestão da inovação – a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2006.